

AES Tucano Holding II S.A.

CNPJ 34.623.550/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS						BALANÇOS PATRIMONIAIS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)						(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021	2020	Notas	2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	163.762	1	163.894	1.392					
Tributos e contribuições sociais compensáveis		285	-	290	-					
Dividendos a receber		5	-	-	-					
Outros créditos		-	-	2.389	200					
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		164.052	1	166.573	1.592					
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Tributos e contribuições sociais compensáveis		-	-	238	218					
Outros créditos		-	-	112	112					
Investimentos	5	313.000	101.991	-	-					
Imobilizado, líquido	6	-	-	291.862	80.721					
Intangível, líquido	7	-	-	41.242	35.474					
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		313.000	101.991	333.454	116.525					
TOTAL DO ATIVO		477.052	101.992	500.027	118.117					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	12	(195)	(1)	50	(770)
Outras despesas operacionais		-	-	(14)	(8)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(195)	(1)	36	(778)
RESULTADO BRUTO		(195)	(1)	36	(778)
Resultado de equivalência patrimonial	5	242	(517)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO		13			
Receitas financeiras		2.279	-	2.308	556
Despesas financeiras		(2.392)	-	(2.410)	(216)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(113)		(102)	340
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO		(66)	(518)	(66)	(438)
Contribuição social		(187)	-	(187)	(30)
Imposto de renda		(496)	-	(496)	(50)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	(683)		(683)	(80)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(749)	(518)	(749)	(518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício		(749)	(518)	(749)	(518)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(749)	(518)	(749)	(518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Descrição				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-
Aumento de capital		102.510	-	102.510
Prejuízo do exercício		-	(518)	(518)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	102.510	(518)	101.992
Aumento de capital		77.723	-	77.723
Prejuízo do exercício		-	(749)	(749)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	180.233	(1.267)	178.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tucano Holding II S.A. ("Companhia"), com sede Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Gestão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). Foi constituída em 09 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas. A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, em fase de construção, compostas de quatro parques eólicos Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4. O início da fase de testes está programado para ocorrer entre junho e agosto de 2022 e a entrada em operação comercial deste Complexo, está prevista para ser iniciada em julho e outubro de 2022. **Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis** O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente. Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias para garantir a segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Complexo Eólico Tucano								
Controladas	Atividade	Sede	Participação					
			2021					
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%					
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%					
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%					
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%					
Complexo Eólico Tucano								
Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh (l)
Tucano F1	ACL	REA 8825/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,0
Tucano F2	ACL	REA 8817/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	4	24,8	11,5
Tucano F3	ACL	REA 8818/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,7
Tucano F4	ACL	REA 8819/2020	29/05/20	28/05/55	35 anos	7	43,4	19,9
Subtotal						25	155	70

(l) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OPCP 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Perda por redução no valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para desmontar o ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Critérios de consolidação das controladas

Controladas A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.4 Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pela seu valor justo na data em que há a perda de controle.

3.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução no valor recuperável.

3.6 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

(i) arrendamento; e

(ii) valor justo de instrumentos financeiros.

3.7 Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	8	115	-	6.158	3.015
Tributos a pagar		148	-	658	345
Outras obrigações		-	-	39	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		263		6.855	3.360
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	10	297.823	-	297.823	-
Passivo de arrendamento	9	-	-	-	12.759
Outras obrigações		-	-	2.338	6
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		297.823		314.200	12.765
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		180.233	102.510	180.233	102.510
Prejuízos acumulados		(1.267)	(518)	(1.267)	(518)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	178.966	101.992	178.966	101.992
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.052	101.992	500.027	118.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais:					
Prejuízo do exercício		(749)	(518)	(749)	(518)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6 e 7	(765)	-	(258)	1.094
Juros sobre cauções e investimentos de curto prazo		-	-	-	(583)
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	1.286	973
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	11	2.390	-	2.390	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	527	517	-	-
Varição dos ativos e passivos operacionais		(27)		3.233	(52)
Tributos compensáveis		(285)	-	(310)	-
Outros créditos		-	-	(2.189)	-
Fornecedores		115	-	3.048	-
Tributos a pagar		148	-	313	-
Dividendos a receber		(5)	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	2.371	-
Caixa líquido usado pelas atividades operacionais		1.376	(1)	5.902	914
Atividades de investimentos:					
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	-	583
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	-	-	(206.513)	(67.869)
Aumento de capital em controladas	5	(200.728)	(67.762)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(200.728)	(67.762)	(206.513)	(67.286)
Atividades de financiamentos:					
Aumento de capital	11	77.723	67.764	77.723	67.764
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	10	300.000	-	300.000	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	10	(14.610)	-	(14.610)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		363.113	67.764	363.113	67.764
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		163.761	1	162.502	1.392
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1	-	1.392	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		163.762	1	163.894	1.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há processos judiciais a serem provisionados ou divulgados.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

AES Tucano Holding II S.A.

CNPJ 34.623.550/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possam impactar nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais diretores de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas. A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia/7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance. Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira reecedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data-base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	163.762	1	163.894	1.392
Total	163.762	1	163.894	1.392

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures	297.823	-
Caixa e equivalentes de caixa	(163.894)	(1.392)
Dívida líquida	133.929	(1.392)
Patrimônio líquido	178.966	104.711
Dívida líquida/Patrimônio líquido	74,83%	-11,96%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 10. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	6.158	-	-	-
Debêntures	-	75.791	117.898	473.071
Passivo de arrendamento	-	173	428	13.444
Total	6.158	75.964	118.326	486.515

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado

DIRETORIA

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor

CONTADOR

Rodrigo dos Santos Martins
CRC 1SP289353/O-0

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da

AES Tucano Holding II S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tucano Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AES Tucano Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada da AES Tucano Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado em curso

Veja a Nota 6 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui R\$236.261 mil de imobilizado em curso. Tais valores referem-se a gastos com a construção do Complexo Eólico Tucano.

Conforme CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, o custo de um imobilizado em construção deve ser reconhecido se, e apenas se, for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

A administração da Companhia avalia, segundo esse princípio de reconhecimento, todos os seus gastos no momento em que são incorridos para determinar quais os gastos gerarão benefício econômico e, consequentemente, serão reconhecidos como ativo imobilizado.

Consideramos esse assunto como significativo devido à natureza e à relevância dos gastos relacionados com a construção do complexo eólico e o julgamento realizado pela administração, para determinar quais os gastos qualificáveis para reconhecimento como ativo imobilizado, que possui um efeito significativo sobre os saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes documentais, em base amostral, das adições de construção em curso, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa;
- avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização;
- avaliamos se a divulgação sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos adequada o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado em curso, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto,

com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizado nas projeções corresponde ao índice verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	163.894
Debêntures	297.823
Total	461.717

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

Risco	Posição em 31.12.2021	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dívidas						
IPCA		2,51%	3,77%	5,02%	6,28%	7,53%
Debêntures	IPCA (297.823)	(30.709)	(34.747)	(38.753)	(42.791)	(46.797)
Impacto no resultado Total da exposição líquida		(30.709)	(34.747)	(38.753)	(42.791)	(46.797)

b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding II, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

16. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

	Consolidado							Consolidado
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2021								
Contrato de Manutenção e Operação	6.660	1.730	(1.009)	-	-	-	7.381	572.924
Total	6.660	1.730	(1.009)	-	-	-	7.381	572.924

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	10.043	3.015
Aumento de capital em controladas	-	34.746	-	34.746
Fornecedores	-	-	95	-
Investimentos	10.043	-	-	-
Arrendamentos	-	-	-	11.786
Total	10.043	34.746	10.138	49.547

relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e pela demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas no Brasil, e demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador - CRC 1SP245014/O-2

